

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 29/01/2016.

TÂNIA MARQUES CARDOSO

A QUE(M) SERVE A MÚSICA NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA?
Linhas de audibilidade nas práticas musicais da Saúde Mental Coletiva

Assis
2014

TÂNIA MARQUES CARDOSO

**A QUE(M) SERVE A MÚSICA NA REFORMA PSIQUIÁTRICA
BRASILEIRA?**

Linhas de audibilidade nas práticas musicais da Saúde Mental Coletiva

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima

Assis
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C268a Cardoso, Tânia Marques
A que(m) serve a música na reforma psiquiátrica brasileira?:
linhas de audibilidade nas práticas musicais e sonoras da saúde
mental coletiva / Tânia Marques Cardoso. - Assis, 2013
184 f. ; il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima

1. Musica - Psicologia. 2. Musicoterapia. 3. Saúde mental. 4.
Reforma psiquiátrica. I.Título.

CDD 615.85154

Aos que moram nas zonas rurais brasileiras.

A todos os artistas que estão mais sentados em plateias,
que propriamente ocupando palcos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é de um indivíduo, é apenas escrito por um. Como não caberia uma multidão aqui, nomeio representantes da minha gratidão multitudinal: A Tudo Aquilo que a Ciência jamais explicará. *In memoriam* de Pedro e Maria Bela; às catiras e às cantigas religiosas. Incondicionalmente a José, Adelinda e Juarez; do silêncio do útero ao barulho das broncas e brincadeiras. A Cláudio e Deolinda, pela sabedoria partilhada e pela primeira sanfona. A Douglas Rossi Ramos, baixista, parceiro de anos na pesquisa e na vida e à sua família, pela presença em momentos imprescindíveis, emblemáticos e poéticos, por acreditar nos momentos de plena descrença.

À Elizabeth Araújo Lima, Orientadora no sentido mais literal e poético da palavra; que transmite seu profundo conhecimento com humildade e carinho, e ensina a “errância” da pesquisa, suportando e dando suporte à vida “errante” de pesquisadora. A Hélio Rebello Cardoso Jr., meu Convidado “de Casa”, pela disponibilidade ao bom (re)encontro e suas colocações preciosas e precisas para qualificação do trabalho. Ao Marcus Vinícius Machado de Almeida, o “Compositor” da banca, pela solicitude em compartilhar suas ideias valiosas e sua “valise” técnica no exame de qualificação. À Soráia Paiva-Cruz, Abílio Costa-Rosa, Rosana Onocko Campos, Alberto Diaz e Gastão W. Souza Campos, os Professores, pelos saberes e fazeres (re/des)construídos. Ao Fernando Zanetti e à Cristina Amélia Luzio, pela leitura zelosa e considerações feitas no curso da pesquisa, desde a graduação.

Aos que me acolheram em seus lares, em suas rotinas, pelos favores e pela amizade: à Fabiana Ribeiro e Miriam Magno, amigas de coração grande, as maiores cantoras e encantadoras pessoas; à Barbara Sinibaldi e Waldir Périco, os “Dons Quixotes”, nesse mundo árido e sem convicções; e ao Wal/dir como um intercessor no texto; à Marina Paes e Ricardo Gonçalves Conceição; por abrir espaço no seu dia-a-dia de arte e de luta política; e a Carlos e Kátia Endo; os queridos veteranos de Assis, pela acolhida sempre atenciosa. À Juliana Araújo e Dani Lui, companhias imprescindíveis e especiais na “Quai de Valmy” e demais *arrondissements* do mundo. À Adriana Oliveira, Damaris, Larissa, Pedro Ivo, Ederson, Ana Lúcia, Camila, Cizina, Juliana, Vitor, Isabel; pelos bons momentos e pelos conhecimentos compartilhados. Aos amigos “campineiros”: Iara Pinheiro, a todos os amigos do Aprimoramento em Saúde Mental, ao Tiago e à Nara, companheiros de Planejamento e Gestão. À Camila Doris, à República Maloca; à Márcia M. Oliveira, Débora Baracho, Odilon e outros profissionais do “Integração”. À Jacqueline Martiniano, Fernanda Guardiano e agregados, Fabiano e Douglas Moreira pelo acolhimento no meu novo lar e companhia na fase final do mestrado. À Rosiane Lopes; Janete Massi; Jenifer Zagatti; Nelson de Souza Jr.; Milena Beraldo; Vanessa Favoni, Eduardo Atílio e família, Fabiana Ribeiro, enfim, aos meus amigos de sempre. A Juliana Araújo, que muitas vezes me deu *holding*, *handling* e até *empowerment* pela internet.

Ao Cecco “Toninha”/Casa de Cultura “Tainã” e ao C.S. “Vila Ipê”; onde aprendi o que é trabalhar em equipe que crê na possibilidade de um SUS de qualidade. Ao CAPS Integração e ao C.S. “Parque da Figueira”; onde aprendi muitas coisas sobre o trabalho, inclusive, a ser mais resistente. Ao grupo de Apoiadores da Rede Intersetorial de Atenção à Dependência Química de Bernardino de Campos e a equipe do CRAS de Braúna, por me ensinarem muito sobre o cuidado, o coletivo e o social. À Ângela Vilela e Cris Lopes; por dividir conosco sua vasta experiência. Aos profissionais da Seção de Pós-graduação, aos professores Francisco Hashimoto, Silvio Yasui e Beth Piemonte; aos trabalhadores da FCL-Unesp e aos funcionários da biblioteca “Acácio José Santa Rosa” - FCL-Unesp, pelas contribuições diretas e indiretas.

Às paisagens sonoras que apreciei que me possibilitaram a experiência do sublime, do sagrado, do estranho, ou de algo mais que a indiferença. Aos sons de tantos movimentos

políticos que vão para as ruas há anos em defesa dos direitos dos brasileiros ao acesso qualitativo à saúde, à educação, à terra e moradia, ao transporte e a tantos outros e aqueles que têm feito muito barulho contra a corrupção desde junho de 2013. Aos músicos, grupos musicais, bandas, que fazem com que a música exista. E à ela que ensurdece, incomoda, anima, cura, dispersa, reúne e que nos arrasta para novas dimensões existenciais. Aos que me esqueci de agradecer, me desculpem. Aos possíveis leitores e aos prováveis críticos do meu trabalho. Aos Douglas – Rossi Ramos e Magrini Garrão pela ajuda com a revisão, pela cadência silenciosa de suas companhias como oferta longa, gratuita e momentânea.

À CAPES pelo financiamento nos primeiros meses da pesquisa. E à FAPESP pelo apoio financeiro, auxílio indispensável para realização plena deste trabalho.

“De músico e louco todo mundo tem um pouco de filosofia”.
Ventania

“É que a viola fala alto no meu peito humano
E toda moda é um remédio pros meus desenganos
(...) Pra todo aquele que só fala que eu não sei vivê
Chega lá em casa pruma visitinha
Que no verso e no reverso da vida inteirinha
Há de encontrar-me num cateretê”.
Renato Teixeira, Intérprete: Rolando Boldrin
Música: Vide, vida marvada

CARDOSO, T.M. **A que(m) serve a música na Reforma Psiquiátrica brasileira? Linhas de audibilidade nas práticas musicais e sonoras da Saúde Mental Coletiva.** 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RESUMO

No presente trabalho, abordamos algumas perspectivas da relação entre música e sujeito, no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira e em práticas de Saúde Mental Coletiva, especificamente, as práticas musicais e sonoras. Inspiramo-nos na arqueogenealogia para criar algumas ferramentas metodológicas para realização deste trabalho. Para a nossa questão sobre “a que” ou “a quem” serve a música na Reforma Psiquiátrica, a resposta foi o levantamento bibliográfico organizado em um Arquivo-teia, ferramenta que forjamos a partir da noção de arqueogenealogia, combinada à de dispositivo, das obras de Foucault. A teia que construímos, como um pedaço do dispositivo, possui linhas de enunciados e de visibilidades que se entrecruzam para sustentar certos discursos e ocupar determinadas funções em cada época. Buscamos, primeiramente, problematizar esse espaço onde a teia está suspensa, nas ações com música no contexto dos hospícios, seguindo a lógica do higienismo e disciplinamento de corpos. Com as experiências modernistas, constituiu-se uma oposição importante entre o campo do saber psiquiátrico e da criação artística. A musicoterapia também é investigada em sua história, já que ela tem uma “origem” comum às práticas musicais e sonoras em geral, além do fato de representar um saber específico sobre a relação música-subjetividade-saúde. Depois, vislumbramos o modo como as práticas musicais e sonoras serviram à Luta Antimanicomial e como foram incorporadas na Reforma Psiquiátrica brasileira como política, a partir do conceito de oficinas, dentro das lógicas e éticas da desinstitucionalização, do Paradigma da Atenção Psicossocial e da ideia de saúdesubjetividade/subjetividadesaúde. A partir de fontes documentais diversas – livros, revistas, bases de dados eletrônicas e sítios eletrônicos – encontramos experiências singulares de práticas musicais, a que chamamos de cordas ou fios da teia, que foram organizadas a partir de seu processo de trabalho: 1. musicoterapia, 2. Oficinas Musicais, 3. Trabalhos solos, bandas, corais e outros grupos musicais de variados formatos, 4. Blocos Carnavalescos, 5. Experiências de rádios. Após explanação dessas experiências, buscamos escutá-las em suas reverberações de sentido, o que nos permitiu produzir categorias analíticas, por nós denominadas de “linhas de audibilidade”, que tornaram audíveis para o pesquisador cinco diferentes dimensões de audibilidades à: dimensão clínica e técnica; dimensão expressiva, estética e artística; dimensão comunicacional, sociocultural e política; dimensão educativo-pedagógica; dimensão da transversalidade entre cultura e saúde. Tramamos estas linhas de audibilidade para dar lugar a um sentido intensivo e perceptual que os dados de pesquisa pediam passagem. E percebemos que há uma amplitude de práticas musicais e sonoras no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira que está aglutinada a partir da ideia das práticas artísticas em Saúde Mental de modo geral, mas que se encontra dispersa como campo específico de ação no referido contexto. E de que modo a música pode funcionar tanto como produtor de modos de subjetivação hegemônicos, quanto produzir novos vetores de existencialização.

Palavras-chave: Práticas musicais e sonoras, Saúde Mental Coletiva, Reforma Psiquiátrica brasileira, oficinas de música.

CARDOSO, T. M. **To what/who serves the music in the Brazilian Psychiatric Reform? Audibility Lines in the sound and musical practices of Collective Mental Health.** 2014. 184 f. Dissertation (Master's Degree in Psychology) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ABSTRACT

In this paper, we discussed some perspectives of the relation between music and subject, in the context of the Brazilian Psychiatric Reform and in Collective Mental Health practices, specifically, musical and sound practices. We were inspired by the archeogenealogy to create some methodological tools for this work. To our question of "to what" or "to who" the music serves in the Psychiatric Reform, the answer was the bibliographic organized in a File – web, tool that we forged from the notion of archeogenealogy combined with that of device, from the work of Foucault. The web we built, like a piece of the device, has lines of statements and visibilities that intersect to support certain discourses and occupy certain roles each season. We sought, first, to problematize this space where the web is suspended, in the actions with music in the context of the hospices, following the logic of hygienism and disciplining of bodies. With the modernist experiences, it was constituted an important contrast between the field of psychiatric knowledge and that of artistic creation. Music therapy is also investigated in its history, considering that it has a common "origin" to the musical and sound practices in general, beyond the fact of representing a specific knowledge about music- subjectivity-health relation. Then, we envisioned how the music and sound practices served the anti-asylum and how they were incorporated into the Brazilian Psychiatric Reform as policies, from the concept of workshops, within the logic and ethics of deinstitutionalization, the Paradigm of Psychosocial Care and the idea of “saúde subjetividade/subjetividade saúde”. From various documentary sources - books, journals, electronic databases and electronic sites – we found unique experiences of musical practices, which we called strings or threads of the web which were arranged from its working processes: 1. music-therapy; 2. Music workshops; 3. Solo works, bands, choirs and other musical groups of various shapes; 4. Carnival Blocks and 5. Radios experiences. After discussion of these experiences, we sought to hear them in their reverberations of meaning, which allowed us to produce analytical categories, which we called "audibility lines", which made audible to the researcher five different dimensions of audibility: technical and clinical dimension; expressive, aesthetic and artistic dimension; communicational, sociocultural and political dimension; educational and pedagogical dimension; dimension of transversality between culture and health. These audibility lines serves to give rise to an intensive and perceptual sense that survey data asked for passage. And we realized that there is a wide range of musical and sound practices in the context of the Brazilian Psychiatric Reform that is bonded from the idea of artistic practices in Mental Health in general, but that is dispersed as a specific field of action in that context. And how music can function both as a producer of hegemonic modes of subjectivity as produce new vectors of subjectivation.

Keywords: Musical and sound practices, Collective Mental Health, Brazilian Psychiatric Reform, Music workshops.

APRESENTAÇÃO

O envolvimento da música nos processos de subjetivação e o seu lugar relevante nos hábitos socioculturais dos brasileiros, a torna um importante instrumento de pesquisa e trabalho em Saúde Mental Coletiva. Este estudo, visa contribuir com a problematização e descrição de alguns “movimentos” desses “lugares” da música no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira, apontando os deslocamentos necessários para dar audibilidade e problematizar a associação quase *natural* da arte com a vida e, da música com a produção de Saúde Mental.

A partir da nossa experiência de atuação no campo da Saúde Mental Coletiva, percebemos que a música possui funções “interventivas” diversas em meio aos diferentes modos de subjetivação, principalmente no que diz respeito à Atenção a sujeitos que se encontram em sofrimento psíquico e que usufruem os serviços de Saúde Mental Coletiva. Por essa razão, a música ganharia um espaço-tempo privilegiado como ferramenta de trabalho, um tipo de "dispositivo" em Saúde Mental: a oficina e as práticas artísticas. Estas oficinas e práticas artísticas, por sua vez, possuiriam formatos distintos entre si, inclusive no que remeteria aos objetivos e métodos que a sustentariam, de modo a provocar variações em seus mais diversos elementos e funções.

Em um levantamento bibliográfico preliminar sobre o tema (CARDOSO et. al., 2009), foi possível verificar que há uma infinidade de formas de se trabalhar com música na Saúde Mental Coletiva. Nesse diálogo entre música e saúde, encontram-se diversas associações referentes a técnicas *psi*, como mecanismos de ação e produção de saberes. Estudos citam com relativa frequência conceitos como “Clínica da Saúde Mental e Coletiva”, “prática terapêutica híbrida”, “operador político”, “produção estética” via oficina e outras atividades expressivas, dentre outros; termos estes que suscitariam indagações a respeito de que funções a música poderia assumir quando posicionada dentro do discurso e nas práticas da Saúde Mental: A música seria uma terapêutica? Usar música numa prática de Saúde Mental seria uma forma de se realizar clínica? Quais as formas de se realizar uma prática musical? De que modo os sujeitos se inserem nessas atividades e quais proveitos podem delas tirar? Colocar em análise essas características citadas como questões que apareceriam nos discursos sobre a música nas práticas da Reforma Psiquiátrica Brasileira, consistiria em interrogar o próprio sujeito e a subjetividade num arranjo discursivo mais ampliado - o da saúde e o da música como arte. De certo modo, aquilo que defende a produção de saúde, inclusive “a saúde mental”, tenta definir formas de existência consideradas saudáveis e, comparativamente, as não-saudáveis, a partir de saberes disciplinares que estruturam o arcabouço teórico-técnico e

social sobre o processo saúde-doença-cura. Neste caso, o conceito de “Saúde Mental”, a princípio, se basearia nas formas de objetivação de um suposto sujeito da Saúde Mental, a partir de seu estado de loucura ou de normalidade, noções estas instituídas socialmente como padrões mais ou menos definidos.

Para realizarmos o estudo sobre a utilização da música e das sonoridades neste campo de forças da Saúde Mental, apresentamos esta investigação teórica, caracterizada por uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, cujo intuito seria o de apreender os diferentes usos da música na atenção psicossocial e suas conexões entre música e subjetividade no contexto biopolítico contemporâneo, no qual também se constituiria o trabalho em Saúde Mental. Tendo em vista que o “tema escolhido é pouco explorado, [sendo] difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p.43), optamos pela pesquisa teórica que teria por função preencher lacunas no conhecimento, bem como desvendar e construir quadros conceituais de referência (SANTAELLA, 2001, p.139).

Os principais locais em que ocorreram a busca de fontes foram de três tipos: *acervo material*, *acervo virtual* e *fontes extraídas da interlocução social e acadêmica*. No que diz respeito ao *acervo material*, foi realizada buscas nas seguintes instituições: Biblioteca “Acácio José Santa Rosa” da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis; Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Arquivo de “Mário de Andrade” no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. No que concerne ao *acervo virtual*, foi realizado buscas nos seguintes sítios eletrônicos: Bireme BVS-Saúde, Scielo, Google Acadêmico, Medline, Dédalus-USP, Athena-Unicamp, Scielo, Google Acadêmico, Bancos de tese e dissertações da Unesp, Usp, Unicamp, Fiocruz, UFRJ, UERJ e outras teses/dissertações encontradas indiretamente a partir de busca no Google acadêmico, do acesso livre à internet ou via Escritório de Pesquisa e Laboratório de Informática da Pós-graduação da Unesp – FCL – Assis. Sobre as *fontes extraídas da interlocução social e acadêmica*, podemos citar anais de eventos científicos, fontes relacionadas a apresentações e congressos em eventos de outros tipos, assim como textos e indicações de leituras apontadas por professores e estudiosos de temas correlatos. Após a identificação das obras, foi realizada a leitura e seleção de textos, artigos e livros que tratassem das questões relacionadas à música e Saúde Mental Coletiva, sendo estes materiais os norteadores dos percursos desta pesquisa.

De posse do material bibliográfico, a leitura teve por objetivos a identificação de informações e dados constantes no material, o estabelecimento de relações entre informações e dados obtidos com o problema proposto e a análise da consistência das informações e dados

apresentados pelos autores (GIL, 1999). Isso se realizou a partir de uma lógica mais ou menos sequencial: “leitura exploratória” – para o primeiro contato com o material; “leitura seletiva” – para a escolha do material relevante à pesquisa; “leitura analítica” – para identificar as intenções dos autores; “leitura interpretativa” – para relacionar as afirmações dos autores com a problemática levantada pela pesquisa (id, p.79).

O que procuramos analisar foi de que modo se assegurariam teleológica e teoricamente as práticas de música em Saúde Mental Coletiva relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb). Para tanto, pesquisamos elementos constitutivos dos discursos sobre as respectivas ações em seu encontro com a experiência do sofrimento psíquico, para posteriormente serem constituídas categorias de análise, as quais denominaríamos de “linhas de audibilidade”, sob a inspiração da noção de “dispositivo” a partir de Deleuze e Foucault.

No capítulo I, demonstramos como nos inspiramos na arqueologia e genealogia propostas por Foucault para a nossa proposta de compreensão das práticas de música em Saúde Mental, em seus mais diversos aspectos. Explicitamos ainda as diferentes perspectivas teórico-conceituais do trabalho com música e sua relação com a Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb), a fim de produzir um “arquivo” brasileiro de escritos sobre a música na RPb, cujo levantamento bibliográfico em fontes tais como livros, artigos científicos e documentos configurariam um “desenho” em formato de rede denominado por nós Arquivo-teia.

Combinamos a arqueologia e genealogia em nossos procedimentos de levantamento, organização dos dados e criação de categorias analíticas, para o estabelecimento de nosso “método” de caráter histórico-crítico, por meio do qual buscamos analisar a atualidade histórica das práticas musicais em Saúde Mental, desde as primeiras experiências registradas em trabalhos com música nos Hospitais Psiquiátricos até os dias atuais, a partir de um levantamento bibliográfico detalhado. Para Foucault (2000), as pesquisas histórico-críticas que se refeririam a um material, época, corpo de práticas e discursos determinados seriam fundamentais para a consistência de um determinado campo de saber, sendo sua orientação voltada à análise e reflexão a respeito dos limites de tal campo numa dada configuração histórica, o que possibilitaria também a apreensão de pontos de ruptura e transformação.

A genealogia, cuja proposta remete à busca meticulosa das descontinuidades históricas que produziriam certo saber como verdadeiro, associada à arqueologia, que procuraria a formação e aparecimento dos sistemas de pensamento por meio dos discursos em sua localização e transformação em práticas sociais mediadas pelas instituições, apresentaram

parâmetros e fundamentos metodológicos para nos guiar em nossos objetivos. O intuito de “dar enunciabilidade” aos discursos que apareceriam em maior ou menor grau e “visibilidade” às práticas que se desenvolveriam a partir desses discursos, tem por base fundamentar e definir as funções da música formatadas em determinados modos de intervenção na Saúde Mental Coletiva, fazendo emergir dessas práticas, as linhas de audibilidade responsáveis por nos fazer ouvir e sentir as diferentes dimensões que a música adquiriria no decorrer da Reforma Psiquiátrica brasileira.

A proposta de nos referenciar em Foucault possibilitou utilizar seus conceitos como ferramentas guerrilheiras de modo a se equipar e se precaver para as pesquisas e levantamentos de dados como forma de treinar o olhar, a escuta e leituras para a construção de uma visão atenciosa das relações configuradas em nosso objeto de estudo no “passado-presente”. Mesmo que tenhamos alcançado uma espécie de caminho metodológico que não faz nada além da “interpretação das interpretações”, aproveitamos da arqueologia a materialidade discursiva que nos instrumentalizaria para ouvir, dentro do dispositivo, as linhas de audibilidade.

Estabelecemos um período para a produção deste arquivo – a partir da Reforma Psiquiátrica – mas sem desconsiderar o fato de que, foi a partir do início do século XX que se começou a desenhar no Brasil uma articulação importante entre arte e saúde, com o estabelecimento das primeiras práticas musicais em manicômios, como podemos ver na primeira parte do Capítulo II. Os escritos do psiquiatra Carvalhal Ribas, que pesquisava as aplicações da música na Psiquiatria e de Mário de Andrade, ícone do modernismo e da musicologia dessa época, nos serviram como recortes documentais/discursivos principais desse período, para compreender como a higiene mental, a psiquiatria e posteriormente a Saúde Mental se apropriariam da música de maneira mais contundente.

Ocorreu que, ao investigar historicamente a utilização da música voltada à “saúde psíquica”, configuraram-se outras perspectivas como, por exemplo, as características da música atribuídas às reações subjetivas que provocaria e produziria bem e mal-estar, o uso da música para tratamento de moléstias físicas e mentais e a sistematização dessa pela meloterapia e farmacopeia musical. Este histórico das práticas musicais em Saúde Mental de modo geral, se cruza com a história da musicoterapia, abordada aqui como ciência e profissão que atuaria especificamente nessa tríade música-subjetividade-saúde.

Elucidamos ao longo da segunda parte do Capítulo II, de que maneira as conquistas alcançadas pela Luta Antimanicomial estabeleceram a Reforma Psiquiátrica como política. A Luta Antimanicomial e seu movimento, pelo fechamento dos manicômios e interrupção de

suas práticas, possibilitou a instituição de uma nova lógica de Atenção junto aos sujeitos em sofrimento psíquico. Nessa conjuntura, as práticas musicais e artísticas se constituíram, no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira, como práticas alternativas aos modelos manicomiais de assistência em saúde. Portanto, as práticas musicais e as artísticas em geral seriam consideradas, na Saúde Mental Coletiva, uma produção inovadora – e uma realidade normatizada e defendida pelas políticas públicas –, as quais dariam corpo às dimensões técnico-assistencial e sociocultural da RPb (AMARANTE, 2007) como forma de construção de um novo lugar para os sujeitos em sofrimento psíquico e de criação de novas ofertas a esta população.

As “oficinas”, nomenclatura utilizada para sintetizar toda a multiplicidade de práticas artísticas em Saúde Mental Coletiva, aparecem definidas em leis e portarias como atividades realizadas em várias modalidades de serviços de Saúde Mental e de outros setores, em seus mais diversos formatos e processos de trabalho permeados pela complexidade de funções a que elas devem responder neste campo. O respectivo campo de atuação em Saúde Mental Coletiva apresenta atualmente novos paradigmas. Enquanto que o paradigma hegemônico e tradicional ao modo asilar, que inclusive perduraria em algumas práticas até hoje seria o Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico e Medicalizador, a partir dos marcos da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica as práticas deveriam se direcionar a uma nova forma de Atenção, referente ao Paradigma da Atenção Psicossocial. Na Atenção Psicossocial, o sujeito seria o “produtor” de sua saúde, no sentido de falar e produzir por si mesmo enquanto a instituição o acompanharia de maneira desinstitucionalizada em tal processo. Neste Paradigma Psicossocial, a saúde e a subjetividade seriam tomadas como instâncias inseparáveis, como condicionantes uma da outra, tal como abordaria o conceito de saúdessubjetividade e/ou subjetividadessaúde.

Este momento de transição de Paradigmas consistiria no espaço em que se constituiria suspenso nossa teia, a qual simultaneamente constituiria um instrumento que funcionaria em um agenciamento – o da biopolítica. Esta teia, entretanto, seria “puxada” de um dispositivo, e seria no capítulo III que nos aproximariamos das práticas musicais, ou seja, dos fios do Arquivo-teia propriamente dito, os quais denominariamos de cordas.

Devido ao fato de encontrarmos uma infinidade de práticas musicais e sonoras de diferentes naturezas na literatura científica e na de amplo acesso, separamos tais práticas as organizando em “cordas” específicas em comum: Musicoterapia; Oficinas Musicais; Trabalhos solos, bandas, corais e outros grupos musicais de variados formatos; Blocos Carnavalescos e Experiências de rádios. Salientamos que a observação de abordagens e temas

mais frequentes não negligenciou o aparecimento de perspectivas singulares, pois estas também constituíram importante material para análise pelo seu grau de dissenso, pela consistência teórica que eventualmente apresentou ou por se caracterizar como ponto de inovação no campo.

Pautados pelo levantamento, organização dos dados levantados e criação de categorias analíticas, reunimos diferentes abordagens nas práticas musicais e sonoras na Reforma Psiquiátrica brasileira, organizando-as por temas em comum recorrentes nos diversos textos, sendo que, em cada um, foi possível constituir a corda tendo como referência às intensidades singulares extraídas da e na pesquisa - por *vibrações*, reverberações e outras percepções abordadas por tema. Em posse desse material, elaboramos enfim as categorias analíticas que denominaríamos “linhas de audibilidade”, as quais dariam voz à dimensão perceptual/sensitiva da pesquisa e do campo da Reforma Psiquiátrica brasileira.

O Arquivo-teia nos evidenciaria, a partir das linhas de audibilidade dos processos que configurariam as referidas práticas, o modo como as ações em Saúde Mental Coletiva, mesmo que ainda dispersas, se apresentariam imbricadas e conectadas entre si a partir de um núcleo de trabalho em comum com a música.

Este estudo, que visaria contribuir com a problematização e descrição de alguns “movimentos” desses “lugares” das práticas musicais e sonoras no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira, procurou apresentar os deslocamentos necessários para “dar audibilidade” e problematizar a associação entre música e Reforma Psiquiátrica brasileira, bem como da música como produção de saúde subjetividade, tanto numa perspectiva adaptacionista do sujeito à realidade e à sociedade, quanto numa perspectiva singularizada, constituinte de novos vetores de existencialização.